

**GREVE
NACIONAL
DOS DOCENTES
FEDERAIS 2015****UFMT****ANDES**
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

O FORTALECIMENTO DA UNIDADE EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

No dia 28/06/15, exatamente no momento em que a greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE) completara um mês de sua deflagração, avaliamos, como fato político expressivo, a realização da Reunião Ampliada do Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal. Todas as entidades sindicais presentes rechaçaram a proposta apresentada pelo governo: 21,3%, escalonado em 2016 (5,5%), em 2017 (5,0%), em 2018 (4,75%) e em 2019 (4,5%).

As entidades também reprovaram a posição sustentada pelo secretário do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça, de que não discutiria os outros pontos da pauta dos servidores públicos federais (SPF) enquanto não houvesse concordância com os índices de reajustes salariais plurianuais apresentados pelo governo.

Dessa forma, o entendimento do Fórum é o de que o governo, além de oferecer índices que não repõem as perdas inflacionárias, o que implica em confisco do salário dos trabalhadores, pretende inviabilizar o debate a respeito dos demais pontos da pauta, considerados igualmente relevantes para os servidores públicos federais. Ao mesmo tempo, ficou acordado entre as entidades do Fórum, durante a reunião com o MPOG, que nenhuma delas solicitará mesa setorial com o governo, antes da reunião agendada para o dia 07 de julho.

Como encaminhamento desse importante momento de unidade na pauta, foi proposta a criação do Comando Nacional de Mobilização e Greve dos Servidores Públicos Federais, instalado no dia 29 de junho, cujo objetivo consiste em reforçar a luta das entidades que já se encontram em greve, assim como mobilizar aquelas que se encontram em processo de construção da greve.

Na atual conjuntura, que envolve a questão dos cortes e a intransigência do

governo, o que está em jogo é o desmonte do serviço público. A política implementada pelo governo, retira recursos dos serviços públicos, para continuar privilegiando o pagamento de juros e amortização da dívida pública, que consumiu, em 2014, 45,11% do orçamento (978 bilhões de reais) e o repasse de recursos públicos, via programas como o Fundo de Investimento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), a fim de beneficiar, antes de tudo, as empresas privadas.

Através da falácia da inexistência de recursos, o governo vai tentando consolidar seu discurso de ajuste fiscal como algo necessário à retomada da estabilidade econômica e, assim, vem reduzindo em 9,4 bilhões do orçamento destinado à educação pública e combinando chantagens no processo de negociação com retirada de direitos e criminalização dos movimentos sociais.

A utilização do argumento da crise para justificar as dificuldades orçamentárias e os cortes de investimentos em setores públicos e direitos trabalhistas procuram esconder um outro projeto já em curso, mas que tende a se aprofundar, que é o do desmonte do serviço público federal para favorecer a sua terceirização e privatização.

Nesse sentido, temos de investir, politicamente, nesse processo de fortalecimento da unidade na pauta com os demais setores para que não sejamos atropelados pelo projeto privatista do governo.

Diante desse cenário, somado a toda afronta do governo em não se atentar a pauta das IFE, os reitores vêm, em inúmeros locais, agindo como prestadores de serviço do governo e não como dirigentes de uma instituição pública. Após assinarem o manifesto em favor da reeleição da presidente Dilma, hoje, sentem-se recuados nos cargos que ocupam, eximindo-se de qualquer crítica

consequente ao desmonte das IFE. Por isso, há necessidade de exigirmos das reitorias transparência das contas. Não podemos admitir que esses dirigentes, na administração da crise, atuem como canalizadores das políticas do Ministério da Educação (MEC).

Portanto, a luta em defesa de educação pública de qualidade é parte de uma luta muito mais ampla: defender um projeto de sociedade que garanta o acesso aos serviços sociais básicos e contra o projeto privatista do governo que retira direitos da classe trabalhadora.

Hoje, além da educação, diversos setores encontram-se em greve, entendendo que a mobilização é forte e necessária para barrar os efeitos da privatização e defender o caráter público e a qualidade dos serviços sociais básicos para o conjunto da população.

Para tanto, reafirmamos a sinalização feita na reunião ampliada do SPF de que só será possível a conquista de direitos se compreendermos que a unidade é tarefa indispensável para conjuntura que se apresenta.

A greve é forte! A luta é agora! Rumo à construção da greve geral!

Fonte: ANDES-SN



QUADRO ATUALIZADO DA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE NAS IFES:

Nº	SEÇÃO SINDICAL	IFE	Nº	SEÇÃO SINDICAL	IFE
01	ADUFAC	Univ. Federal do Acre	21	ADUFCG	Univ. Federal de Campina Grande
02	ADUA	Univ.Federal do Amazonas	22	ADUFCG-PATOS	Univ. Federal de Campina Grande - Patos
03	SINDUFAP	Univ. Federal do Amapá	23	ADUC	Univ. Federal de Campina Grande - Cajazeiras
04	ADUFRA	Univ. Federal Rural da Amazônia	24	ADUFMAT	Univ. Federal do Mato Grosso
05	ADUFPA	Univ. Federal do Pará	25	ADUFMAT- ROO	Univ. Federal do Mato Grosso - Rondonópolis
06	SINDUNIFESSPA	Univ. Federal do Sul e Sudeste do Pará	26	CAMPUS GOIÁS	Univ. Federal de Goiás
07	SINDUFOPA	Univ. Federal do Oeste do Pará	27	ADCAJ	Univ. Federal de Goiás - Jataí
08	ADUNIR	Univ. Federal de Rondônia	28	ADCAC	Univ. Federal de Goiás - Catalão
09	SEDUF-RR	Univ. Federal de Roraima	29	ADUFDOURADOS	Univ. Federal da Grande Dourados
10	SEDUFT	Univ. Federal de Tocantins	30	ADUFMS	Univ. Federal de Mato Grosso do Sul
11	SINDIFPI	Instituto Federal do Piauí	31	ADLESTE	Univ. Federal do Mato Grosso do Sul - Três Lagoas
12	ADUFERSA	Univ. Federal Rural do Semiárido	32	ADUFF	Univ. Federal Fluminense
13	ADUFAL	Univ. Federal de Alagoas	33	ADUFRJ	Univ. Federal do Rio de Janeiro
14	ADUFS	Univ. Federal de Sergipe	34	ADUNIFESP	Univ. Federal de SP - Campus São José dos Campos
15	ADUFPB	Univ. Federal da Paraíba	35	ADOM	Univ. Fed. dos V. do Jequitinhonha e Mucuri - Campus de Mucuri
16	SINDUNIVASF	Univ. do Vale do São Francisco	36	ADUFLA	Univ. Federal de Lavras
17	APUB	Univ. Federal da Bahia	37	SINDFAFEID	Univ. Fed. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Diamantina
18	APUR	Univ. do Recôncavo da Bahia	38	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
19	ADUFOB	Univ. Federal do Oeste da Bahia	39	ANDES-SN/UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
20	APRUMA	Univ. Federal do Maranhão			

Errata: Nos últimos boletins de greve, a sigla da sessão sindical da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Três Lagoas saiu errada. Publicamos "Campus Jataí", mas a sigla correta é ADLESTE.

PROFESSORES DA UFMT-SINOP APROVAM GREVE A PARTIR DO DIA 20 DE JULHO

Em assembleia geral realizada no dia 01/07, professores da UFMT de Sinop decidiram aderir à greve docente que teve início em 28 de maio. Assim, a partir do dia 20, o único Campus da UFMT que ainda não havia paralisado suas atividades também entrará em greve.

Membros do Comando Local de Greve de

Cuiabá participaram da assembleia a pedido dos professores de Sinop, que já sinalizavam a intenção de endossar o Movimento. Os professores Roberto Boaventura e Paulo Wesley contribuíram com informações sobre as negociações com o governo, as últimas adesões e avaliações da greve.

A decisão de aderir à greve a partir do dia

20 foi no sentido de garantir o final do semestre letivo. No entanto, sem avanços nas negociações, o próximo semestre na UFMT de Sinop não terá início na data prevista.

*Luana Soutos
Assessoria de Imprensa do
Comando Local de Greve*



AUTONOMIA SINDICAL

A Assembleia Geral (AG) do dia 25 de maio/15, na ADUFMAT, rendeu frutos. Mais do que uma discussão sobre o direito ao voto para professores não-sindicalizados e tentativas posteriores de esvaziar a greve (de forma sorradeira ou virtual), esta Assembleia acabou oportunizando uma reflexão necessária sobre autonomia sindical.

Nestes tempos sombrios de egoísmo extremado e de volatilidade das relações societárias, a História e as organizações coletivas que emprestam força aos indivíduos são vítimas privilegiadas. Na perspectiva das urgências, das imagens, da estética, do mercado e da patologia das relações conviviais, a participação e ação coletiva, a discussão política democrática, a responsabilidade social e a perspectiva histórica converteram-se em obstáculos a serem superados, tal qual o discurso do mercado que sataniza o Estado.

O Sindicato foi construído, historicamente, como um instrumento de luta dos - e para os - trabalhadores. Não foi construído por determinação legal ou vontade patronal. Ao contrário, foi criado pelos trabalhadores contra o escopo legal que revestia de legalidade a exploração patronal. E foi na condição de organização coletiva contra a ordem estabelecida que o Sindicato conquistou reconhecimento legal e consideração patronal.

Neste sentido, o Sindicato é um instrumento de resistência dos trabalhadores. É a sua fortaleza. Porém, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se faz fortaleza para os trabalhadores, retira deles a força que os protege. Esta condição é razão, simultaneamente, da sua força ou da sua fraqueza. Assim, quando trabalhadores viram as costas para o Sindicato e, mais do que isso,

agem contra ele, não estão somente fragilizando a sua própria entidade, mas fortalecendo a ordem estabelecida contra os interesses dos trabalhadores e, por consequência, seus próprios interesses. Agem, conscientes ou inconscientes, como instrumentos de força em sentido contrário.

Desta forma, a AG que deflagrou a greve da UFMT não representou somente uma oportunidade para dialogar com professores não-sindicalizados que demandavam a prerrogativa de participar das decisões do sindicato, mas, também, a oportunidade para refletirmos sobre o mantra da judicialização que tem dominado mentes e corações.

Sem perspectiva histórica, e sem disposição e solidariedade coletiva, perde-se, também, a perspectiva da capacidade de enfrentamento político e resistência social. Consequentemente, a solução para os impasses de classe passa a ser, para muitos trabalhadores, o recurso individual ao Judiciário, como se a judicialização da política e das lutas coletivas fosse efetivada sob uma realidade social igualitária, uma legislação justa e um Poder neutro e técnico.

O Sindicato é uma organização autônoma dos trabalhadores. Por isso - e para isso - materializa seus princípios políticos e organizativos através de seus regimentos e estatutos. Não por acaso, sindicatos como o ANDES/SN são contrários à contribuição sindical feita através do Estado, pois entendem que sua força e sua autonomia decorrem da decisão soberana dos trabalhadores e não da contribuição compulsória através da intervenção estatal.

Assim, quando foi feita ao Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Geral do

Trabalho da 23ª Região - uma denúncia anônima contra a ADUFMAT, tendo por base a AG do dia 25/05/2015, o(s) denunciante(s) estava(m) colocando-se não somente contra a privação de um pseudo direito ao voto, mas, contra a autonomia sindical. Na contramão das lutas históricas dos trabalhadores, esta denúncia reclamava a intervenção do Estado, através da judicialização política.

A decisão da Procuradoria do Trabalho, no dia 26/06/15 (após análise do Regimento da ADUFMAT e dos demais documentos apresentados), de arquivar a denúncia, expedindo uma Ata Recomendatória que - embora recomende uma revisão do Regimento -, ao final reconhece a autonomia sindical, é uma decisão importante. Mas, ela não deve representar um norte de ação, pois nenhum Sindicato deve perder a referência de quem são seus senhores e a quem ele deve sujeitar-se.

Garantir a autonomia sindical é um dever dos trabalhadores. Afinal, Sindicato forte é coletivo fortalecido e trabalhador protegido.

Sindicalize-se! Participe das decisões coletivas! Fortaleça seu Sindicato!

Comando Local de Greve

(1) Vide artigo intitulado "A greve e o direito ao voto", publicado no Boletim da Greve n. 1.

(2) Se assim fosse, muitos sindicatos, nos últimos tempos, não fariam greve, pois a cada paralisação, o patronato (seja privado ou público) recorre à lei para pedir a ilegalidade da greve. E, em atendimento a este pleito, também é rotina decisões legais que impõem multas diárias altíssimas aos sindicatos, tentando não somente inviabilizar a greve, mas quebrá-la enquanto organização coletiva autônoma dos trabalhadores.



15/07 - 08h

DEBATE "SERVIÇO SOCIAL, POR QUE PAROU? PAROU POR QUÊ?"

O Comando Local de Greve (CLG) da Adufmat tem garantido presença em vários eventos realizados dentro da universidade. No dia 15 de julho, membros do CLG vão participar do debate "Serviço Social, por que parou? Parou por quê?", organizado pelo Departamento de Serviço Social da UFMT.

O tema do encontro tem, exatamente, a finalidade de discutir os motivos pelos quais o curso de Serviço Social aderiu a essa e a outras greves. A mesa será composta pelos professores Alair Silveira, Paulo Wesley e Inove Ferreira, todos membros do CLG. Eles debaterão, respectivamente, os temas: atualidade das organizações coletivas; análise de conjuntura e vivência nas lutas políticas.

O local do debate será o auditório do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS).

O CLG, levando um conjunto de importantes textos, deverá comparecer na abertura do encontro dos professores em estágio probatório, a ser realizado no Hotel Fazenda MT, entre os dias 08 e 10 deste mês.

ENCONTRO DA REDE SINDICAL INTERNACIONAL DA SOLIDARIEDADE E LUTAS

**REDE
INTERNACIONAL
SINDICAL DE
SOLIDARIEDADE
E LUTAS**

Após o 1º Congresso da CSP - Conlutas (2012) em Avaré, SP, ocorreu o 1º encontro desta Rede Sindical Internacional de Solidariedade, que veio a ser formalizada como instituição em março de 2013 em Saint Denis - França. Isto ocorreu em um acumulado de trabalho e intercâmbio conjunto entre varias organizações fundadoras. A referência foi a identidade nas praticas sindicais, reunindo organizações, correntes e tendências sindicais em muitos países nas Américas, Europa, Ásia, África e Europa.

Dois anos após, organizou-se em junho de 2015 o 2º Encontro Internacional da Rede, (Campinas-SP). A preocupação é estabelecer uma ferramenta comum internacional democrática, autogestionária, independente de patrões e governos, ambientalista e que lute contra todas as formas de opressão. Nesta conjuntura, as crises econômicas, financeiras, ecológicas e sociais interligam-se em processo de autoalimentação é centrado na crise global do capitalismo, no impasse do desenvolvimento baseado na distribuição cada vez mais desigual da riqueza produzida, na desregulamentação financeira, no endeuamento do mercado (como no caso da mercantilização da educação), e no desrespeito as necessidades ecológicas.

Para salvaguardar os benefícios de rentistas, grandes corporações, acionistas, patrões, garantir o futuro dos bancos e das instituições globais, os governos, seus adeptos e representantes atacam com força cada vez maior os direitos dos traba-

lhadores e trabalhadoras. É o caso da destruição dos serviços públicos aqui no Brasil, a retirada dos direitos sociais contra as liberdades sindicais, o aprofundamento da precarização e desemprego. Além da corrupção desenfreada e do aumento do conservadorismo.

O sindicalismo que defendemos não faz acordo com os que estão atualmente no poder expropriando os trabalhadores, aprovando e implementando medidas anti-sociais. Por isso, é nesta concepção que o ANDES-SN está filiado a CSP-CONLUTAS, por sua vez, à Réseau Syndical International de Solidarité et de Luttés.

Entenda-se que não é a conjuntura econômica essencialmente que justifica a estratégia das classes dominantes. Não é a crise (capitalismo) que está por trás dos ataques às condições de vida, remuneração e status dos trabalhadores. É na realidade a implementação de uma nova organização do sistema de dominação. Qualquer pacto social não avança simplesmente pela injeção de fundos públicos (objetivando retomada da economia), mas sim, lutar radicalmente pela distribuição da riqueza e do poder. Especialmente em nosso caso, pela definição e concretização de mudanças reais e um novo modelo de desenvolvimento.

“O sindicalismo que defendemos não faz acordo com os que estão atualmente no poder expropriando os trabalhadores, aprovando e implementando medidas anti-sociais.”

Nestes 12 anos, o PT vem atacando gradativamente os direitos dos trabalhadores como os governos anteriores. Mais recente, mostrando clara e ostensivamente em que trincheira está. A política econômica de Lula e Dilma ficou na garantia dos enormes lucros ao grande capital, com migalhas de concessões aos setores mais miseráveis da população. Agora, cobra dos trabalhado-

res e trabalhadoras o ÔNUS pela crise através das políticas como ajuste fiscal e a terceirização. Por isso, é preciso fortalecer a autonomia dos sindicatos contra o peleguismo. Esse governo vem tentando, sistematicamente, arruinar a capacidade de organização autônoma, não só dos sindicalismos como dos movimentos sociais.

Por isso, o ANDES-SN, a CSP-CONLUTAS, a Rede Sindical Internacional de Solidariedade, combinam a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores com a vontade de profunda mudança social. Defendemos os interesses da classe trabalhadora articulados com os povos de todas as regiões do mundo. É preciso construir a unidade rompendo as fronteiras e a construção da solidariedade internacional dos trabalhadores e povos originários e tradicionais. Construir a unidade de ação sindical para combater os retrocessos sociais, conquistar novos direitos e construir uma sociedade diferente. Para isto, a pauta contra opressões é essencial.

Estiveram presentes no encontro, cem dirigentes sindicais de 26 países (África do Sul, Alemanha, Argentina, Benim, Canadá, Chile, Colômbia, Egito, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, França, Haiti, Inglaterra, Itália, México, Palestina, Paquistão, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Sahara Ocidental, Síria, Túnis, Turquia, Venezuela. A declaração final aprovada segue nos pressupostos sintetizados neste texto, reivindicando autonomia frente a toda organização política. Os trabalhos transcorreram nos dias 08 e 09/06 com relatório de atividade da rede, exposição de debates temáticos, resoluções, moções e declarações temáticas devidamente aprovadas na plenária final. Ficou apontado um Encontro no segundo semestre de 2015.

Mais informações: syndicalismointer@solidaires.org (França) e international@csp-conlutas.org.br (Brasil).

*Waldir Bertúlio
Docente aposentado da UFMT*

DIFICULDADES PARA DEBATER PAUTA INTERNA REFLETEM A REALIDADE DA UFMT

Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) se reuniram nessa sexta-feira, 03/07, em Assembleia Geral, para continuar o debate sobre a pauta interna da greve. As discussões, que tiveram início na última semana, acabaram gerando grande debate, impossibilitando o fechamento dos pontos de maneira mais objetiva. Para os professores, isso reflete o número de problemas enfrentados pela comunidade acadêmica.

Entre os pontos debatidos, a Editora da Universidade foi um dos mais polemizados. Os docentes reclamaram da demora das publicações que, por

vezes, acabam perdendo seu objetivo em determinado contexto. Os professores pontuaram que essa é uma grande contradição, já que a própria universidade exige produtividade do corpo docente.

Os professores avançaram em 15 itens, de um total de 28 apontados pelo Comando Local de Greve para nortear a elaboração da pauta. Os temas incluem a terceirização da universidade, concurso público para técnicos e docentes, ingresso e permanência de estudantes, aumento de bolsas para pós-graduação, entre outros.



A próxima assembleia para dar continuidade ao debate será no dia 09/07, às 8h30.

*Luana Soutos
Assessoria de Imprensa do Comando Local de Greve*